

4468

Airton Bezerra



As lideranças indígenas do Nordeste reuniram-se este fim-de-semana com índios do Ceará para traçar plano de ação para as manifestações públicas

Índios dizem que decreto beneficia invasores

Governo regulamenta demarcações

Uma comissão de lideranças indígenas do Nordeste esteve reunida ontem e sábado com líderes das tribos Tapeba, Tremembé, Pitaguari e Genipapu para decidir o plano de ação de manifestações contra o Decreto nº 1.775, do Governo Federal, assinado pelos ministros da Justiça e da Agricultura, sobre o processo de demarcação de terras indígenas. De acordo com os índios, o novo decreto beneficia um grupo de invasores de terras e fazendeiros.

A líder indígena dos Tapeba, Raimunda Rodrigues Teixeira, disse que o decreto vai passar as terras para os "poderosos". "Estamos com muito medo de perder as terras com essa nova lei", disse ela. Na reunião, os índios aproveitaram para dançar e cantar músicas que fazem parte da tradição indígena. Os índios fizeram abaixo-assinado em protesto contra o decreto e mandaram para Brasília.

No sábado estiveram reunidos as lideranças dos Tapeba e dos Tremembés com a líder da tribo Xucuru-Kariri, de Alagoas, Maninha, que representa a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Leste e Nordeste (Apoimne). De acordo com ela, já estão definidos o cronograma de atos públicos em todo o Brasil e as datas de mobilização indígena em Brasília e no exterior. No dia 20 deste mês a Paraíba terá uma manifestação; dia 22, Pernambuco; dia 22, Alagoas; dia 24, Bahia. As datas no Ceará, Minas Gerais e Espírito Santo ainda não estão definidas. A mobilização em Brasília será

de 24 a 28 próximos e no exterior será na mesma data.

Uma comissão indígena irá à Europa e Estados Unidos para protestar contra o decreto. Nos mesmos dias o ministro da Justiça Nelson Jobim estará em viagem oficial explicando os objetivos do Decreto. "Já estamos sofrendo as consequências dessa lei", disse Maninha. "Áreas em todo Brasil estão sendo invadidas e agora com respaldo jurídico". De acordo com ela, qualquer pessoa pode contestar o direito às terras indígenas. "Isso mostra que o governo não tem política indígena", concluiu ela.

DIREITO

No Ceará duas antigas áreas dos índios estão impedidas na Justiça de serem demarcadas: dos Tapeba, em Caucaia, e dos Tremembé, em Amofala. O cacique Tremembé João Venâncio, disse que um total de 250 famílias lutam pelo direito à 3.900 hectares de terra para morar. A tribo tem cerca de 3.500 índios. "Entramos com ação na Justiça pela Funai para recuperarmos a terra mas uma empresa contestou", disse. Segundo ele, uma empresa invadiu a área para construir uma fábrica.

Na opinião dele, só com os protestos os índios poderão revogar o

Decreto. "Vamos repudiar essa lei que é um desrespeito contra nós", disse. "Com o apoio da Igreja, Organizações Não-Governamentais e da população vamos conseguir". Hoje o Ceará tem cerca de oito mil índios, entre Tremembé (3.500), Tapeba (2.500), Pitaguari (mil) e Genipapu (mil), em áreas de Amofala, Caucaia, Maracanaú, Aquiraz e Canindé, respectivamente. Em Alagoas, na tribo Xucuro-Kariri vivem 1.200 índios. O governo reconhece oficialmente a existência de 28 povos indígenas. Os Pitaguari e Genipapu não são reconhecidos.